MARACANÃ: SÍMBOLO DAS DISPUTAS E DA COMPLEXIDADE DAS MODERNAS CONTRADIÇÕES BRASILEIRAS

Felipe Oliveira Santos[1]

Resumo

O intuito deste artigo é apresentar um olhar diferente para a construção do estádio do Maracanã, erguido especialmente para a Copa de 1950, a primeira realizada após a Segunda Guerra. Num Brasil ansioso para se apresentar como uma nação pronta a receber a competição, os dilemas políticos e sociais do país foram expostos através do futebol, que, à medida que se popularizou, passou a receber uma atenção especial do Estado, sem que isso se revelasse como um processo de inclusão social de fato.

Palavras-chave

Maracanã, futebol, Estado.

[1]Professor da UNICARIOCA

Abstract

The goal of this study is to show a different look to the building process of the Maracanã stadium, built to be used in the 1950's Fifa World Cup, the first realized after the Second War. Brazil was anxious to show yourself as a nation ready to do a great role, but political and social dilemmas were exposed due to soccer and its popularization. The Brazilian government invested money end expectations in the competition. However, in any further moment the event became a possibility for the social inclusion.

Keywords

Maracanã, soccer, State.

1 – Introdução:

Um dos aspectos mais interessantes de se investigar a formação de uma identidade cultural brasileira é observar a sua associação com o futebol, considerado um elemento central das relações sociais no Brasil desde a sua chegada por aqui, ainda no século XIX, especialmente na capital federal, o Rio de Janeiro, que já observava o desenvolvimento de modalidades como o turfe e o remo.

É igualmente importante observar que a sua popularização enquanto prática desportiva se deu através de associativismos, especialmente em clubes. Inicialmente elitista, o futebol foi se popularizando rapidamente, especialmente nos subúrbios cariocas, que se formavam ao longo de uma malha ferroviária e urbana criada durante a expansão da cidade no início do século XX. Nas palavras de Melo e Peres (2017),

> A prática foi mobilizada enquanto símbolo de identidade nacional e expressão por excelência da "originalidade" mestiça — entendida como sinal positivo — da nossa formação social. Mais do que isso, tal representação passou a ser considerada uma me-

> tonímia da autoimagem e de uma suposta essência do brasileiro e, em particular, do carioca (MELO E PERES, pp. 472, 2017)

Não é um objetivo deste artigo evidenciar as origens do futebol. Mas sim lançar questões que possam permitir o estabelecimento de um olhar sobre como o futebol se insere dentro de uma dinâmica de Estado que é, também, um reflexo de como o Brasil se encaixava no contexto da modernidade e as suas demandas de um país considerado subdesenvolvido. O futebol rapidamente virou um fenômeno de massa, assistido por multidões cada vez maiores.

Sendo assim, era quase que inevitável que as esferas públicas olhassem para o futebol como um ambiente ideal para a difusão de ideias e valores próprios que tivessem como alvo o estabelecimento de uma unidade nacional, ainda que construída. Tal prática não foi exclusiva do nosso país, mas ganhou contornos especiais na América Latina e, claro, no Brasil, onde possivelmente a lógica de desenvolvimento moderna se subverte para atender interesses das classes dominantes, interessadas em manter seus privilégios. E que não se furtaram em usar o Estado como meio para essa manutenção.

Deste modo, um outro objetivo deste estudo é associar o futebol a uma política de Estado, tomado neste caso como agente nomeador da realidade, como defende Bourdieu (2014). Ele projetou sobre dois alvos principais as suas expectativas de criação de uma identidade nacional. O primeiro forjar uma trajetória que tornasse a seleção brasileira um símbolo de uma nação. E o segundo, a construção de um palco grandioso, majestoso, que seria a arena onde essa sensação de pertencimento seria posta à prova: o Maracanã, que, mesmo antes da sua construção, já foi palco de variadas disputas políticas, especialmente graças ao ambiente de organização de uma Copa do Mundo, em 1950.

Questões como a grandiosidade da obra (e de seus investimentos), o local da construção, necessidades básicas da população que não estavam sendo atendidas (como água, esgoto, saúde e educação) foram levantadas também naquele momento, assim como ocorreu 64 anos depois, no Mundial de 2014. No entanto, observa-se que um dos desejos da época era que todos os estamentos sociais estivessem representados no Maracanã, ainda que separados por muros, destacando as diferenças de classe, ainda que a ideia da construção de uma identidade

nacional através do futebol fosse uma pedagogia aplicada a todos os setores da sociedade.

A ideia de que o futebol permite uma experiência de democracia que nem sempre é vista em todos os setores da vida brasileira, como defende DaMatta (1979) tem seus fundamentos. Entretanto, o estabelecimento de uma rede complexa de codependências entre os indivíduos, nas palavras de Elias e Dunning (1992) não implica necessariamente na geração de um ambiente de ampla participação social. Dentro da égide moderna, o esporte foi concebido como um espetáculo para as massas e não feito por elas. Mesmo assim, a contribuição do estádio para a construção de um imaginário em torno de um projeto de nação pode ser entendida como fundamental, a ponto de o local ter sido, por muito tempo, o grande palco da seleção brasileira.

2 – Brasil e a inversão do papel do estado moderno

As questões que envolvem o papel do Estado no que diz respeito ao desenvolvimento social na América Latina tem tomado boa parte das análises de estudiosos e cientistas, especialmente no processo de formação da sociedade brasileira. Toma-se como recorte histórico para a análise o século XIX, data na qual a família real aporta no Brasil. É o primeiro contato mais estrito da então colônia com a metrópole lusitana e, portanto, para o início de um processo de formação de uma identidade nacional.

A partir disso, temas como a sociedade patriarcal, a formação católica, a passagem de uma economia escravocrata para uma capitalista periférica e a sua respectiva inserção no quadro internacional, ou mesmo o aspecto de valorização de uma "cultura brasileira" passariam a ser recorrentes nas análises que se seguiriam. As condições de formação da sociedade brasileira se deram em um caráter único, especialmente se forem observadas a contrapartida sociedade civil/ Estado e a impossibilidade da formação de um Estado Nação nos moldes clássicos.

Em sua ideia original, a modernidade cria em escala mundial um manancial de novas oportunidades de desenvolvimento para o homem ter uma existência plena, segura, consistente. Sólida. Esse viés de oportunidade foi observado desde a fundação da sociologia como expõe Giddens (1991):

> Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais (GIDDENS, pp. 13, 1991).

Um dado interessante é que uma das promessas da modernidade dizia respeito ao fim da expansão do totalitarismo. Entretanto, ficou provado que uma das convivências da era moderna foi a que fez expansão econômica e consolidação da burocracia do Estado viverem lado a lado com regimes despóticos. Marx, por exemplo, observou que o Estado é o agente que representa o interesse de quem está no poder. Sendo assim, é o lugar da força. Da dominação de uma classe pela outra. Durkheim o observava como o agente capaz de promover os direitos dos indivíduos perante os grupos sociais a que ele pertence. Weber, todavia, iria dizer que o Estado, em linhas gerais, é uma instituição burocrática que detém o monopólio do uso da violência, e que é dotado de um corpo de funcionários treinados e contratados de maneira pública que avaliam sua competência técnica. O Estado é ainda regido por regras relativamente estáveis e que seriam aplicadas de modo impessoal no conjunto de indivíduos os quais ele submete. Sua soberania estaria ligada à sua legitimidade. Nesse sentido, interessa observar a obediência dos indivíduos manifesta de uma forma interna, numa orientação de conduta para a ação racional. Para ele, o Estado se separa do interesse dos indivíduos e cria uma força social independente.

O Estado-Nação é a forma pela qual se consegue a pacificação social na modernidade. Ele centraliza a violência que permite a formação do indivíduo autocontrolado e a previsibilidade das ações sociais. Este sujeito se vê em perspectiva ao internalizar um conjunto de disposições, provocando uma situação de estabilidade e sociabilidade. Nas palavras de Giddens (2001), "O poder administrativo

penetra agora cada vez mais nas minúcias da vida diária e nas mais íntimas ações pessoais e relações" (GIDDENS, pp.320, 2001).

Aprofundando-se ainda mais sobre o tema, pode analisar que o Estado Moderno estabelece uma rede de codependências. Pierre Bourdieu, por exemplo, vê que a eficácia do Estado reside no seu poder de nomeação da realidade, e que, portanto, está no campo do simbólico. Trata-se de um poder de "fazer crer". Afinal, toda classificação é um princípio de representação da realidade. Ele sincroniza as atividades humanas. Tudo passa a ser organizado pelo calendário, que também se apropria da luta dos grupos e dilui a memória. Os compromissos públicos são mediados pelo tempo fornecido pelo Estado. Ele cria uma classificação universal, pública:"Impor estruturas cognitivas e avaliativas idênticas é fundar um consenso sobre o sentido do mundo" (BOURDIEU, pp. 312, 2014).

A sincronização das atividades cria os diferentes espaços públicos que dependem do Estado para existir, mas que não se identificam como persona. Apesar da influência marxista, ele não vê o Estado como agente coercitivo, todavia, não vê como possível ver o Estado Moderno sem as classes e, mais precisamente, a luta entre elas. As diferenças de classe nascem do simbólico, já que as escolhas são feitas na forma de hábito, são sistemáticas, dizem sobre estilos de vida e implicam formas de pertencimento a uma classe. Vai muito além do econômico. A luta de classes, para Bourdieu, não se resolve no campo econômico, no mundo produtivo. Mas ela está também na economia das trocas simbólicas, onde o Estado Moderno atua fortemente. A eficácia do Estado também atinge o nível do simbólico.

Ele passa a ser uma espécie de metapoder, pois ele afeta a distribuição do poder quando se constitui a burocracia. Permite que campos se tornem invisíveis, se transformando no espaço do universal e do público. Quanto mais o governo se propõe universal e público, mais aumenta a rede de codependência entre o governante e os intermediários. Vale, aqui, uma interseção com Elias, segundo o próprio Bourdieu (2014):

> Segundo Elias, a concentração de poder no Estado absolutista tende ao equilíbrio de forças entre o rei e os súditos: quanto mais se estende o poder do monarca, tanto maior a dependência em relação àqueles submetidos ao seu poder. A interdependência

> envolve todos os grupos, todas as ordens e classes, todos os indivíduos, uns em relação aos outros — ora amigos, aliados e parceiros, ora rivais e inimigos. Ao cabo dessa refrega, os recursos centralizados passam às mãos de um número cada vez mais numeroso de agentes interdependentes e detentores de princípios distintos e concorrentes de potência —religioso, burocrático, jurídico, econômico, cultural, militar —, na transição do controle privado de uma família, de uma linhagem, ao monopólio público. Ressalve-se que a interdependência entre desiguais sucede sempre ao abrigo de interesses dominantes (MICELI, Sérgio. In.: BOURDIEU, pp. 22-23, 2014)

As interpretações de Elias sobre o papel do Estado no processo civilizador serão retomadas em breve, pois são de suma importância para a compreensão da introdução do desporto na sociedade brasileira. Por ora, interessa observar que a formação da sociedade por aqui teve no Estado um ator importante. Alguns autores defendem que, no caso do Brasil, ele tenha funcionado como um artífice, um agente modelador da sociedade, que estabeleceu esse processo de forma arbitrária, autoritária.

O Estado, portanto, tutela os interesses da sociedade, que seria pouco organizada para defender seus pontos de vista e que, assim, não atingiria a sua autonomia. Essa sociedade "gelatinosa" acabaria corroborando a visão tutelada de si mesma. Essa visão, especialmente compartilhada pelas elites brasileiras, explicita que o povo precisaria ser guiado, tutelado, num movimento vertical, de cima para baixo. Nomes como Alberto Torres[2] e Oliveira Vianna[3], por exemplo, fizeram parte desta escola. Observaram problemas com os quais os governantes da época se viam: lidar com escravos, índios, imigrantes, que atuavam dentro de

[2]Alberto de Seixas Martins Torres (Itaboraí, 26 de novembro de 1865 — Rio de Janeiro, 29 de março de 1917). Pensador social brasileiro preocupado com questões da unidade nacional e da organização social brasileira.

[3]Francisco José de Oliveira Viana (Saquarema, 20 de junho de 1883 — Niterói, 28 de março de 1951). Foi professor, jurista, historiador e sociólogo brasileiro, além de imortal da Academia Brasileira de Letras.

uma economia agrária, onde as relações com a metrópole eram do tipo imperialista. Ianni (2000) aponta que:

> Diante dessa realidade, o modelo jurídico-político de estado-nação adotado é o europeu com ingredientes norte-americanos, inspirado no liberalismo, constitucionalismo, divisão dos três poderes, democracia e cidadania; sem maiores compromissos com a efetivação desses princípios ou ideais. Essa a visão da história de boa parte das "elites" deliberantes e governantes, visão essa na qual está implícita ou explícita a idéia de que o povo, enquanto coletividade de cidadãos, precisa ser criado e tutelado, de cima para baixo. Inclusive porque a composição índios, negros e brancos, isto é, escravos e livres, ou dominantes e subalternos, pode ser explosiva (IANNI, pp.4, 2000).

A composição social de estamentos inferiores pode ser ameaçadora ao domínio dos mais poderosos. Dentro de um ambiente patriarcal, são feitos arranjos conciliatórios, reformas feitas "pelo alto" que agradem a determinados setores e que, como consequência, impedem momentos de ruptura institucional. Deste modo, as estruturas de dominação não são reveladas.

O mesmo Ianni destaca a visão de Brasil como uma "história de tipos ideais", acionando o recurso metodológico weberiano[4]. É um outro raciocínio que coloca em jogo a possibilidade de a sociedade brasileira poder ser observada em suas especificidades. É como se "a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais; sem que se revelem relações, processos e estruturas de dominação e apropriação" (IANNI, pp.59, 2000). É uma ênfase culturalista que acaba ordenando realidades complexas, onde o jogo de forças sociais nem sempre é visível.

Pode-se considerar a resistência em aceitar as mudanças impostas pela modernidade como uma característica da sociedade brasileira descrita por Sérgio Buarque de Hollanda. Um argumento que corrobora tal visão é patriarcalismo,

[4] Instrumento de análise sociológica para o entendimento da sociedade que tem o objetivo de tipologias destituídas de um viés de avaliação, de forma a oferecer um recurso analítico baseado em conceitos, de acordo com o raciocínio de Max Weber.

no qual o Estado e suas instituições descenderiam em linha reta por simples evolução da família. A valorização da organização familiar funde-se com a noção de Estado, que passa a ser visto como o "chefe de família", tornando-se senhor, juiz e carrasco. Portanto, se constitui em prolongamento da família.

A cordialidade, portanto, pode ser entendida como a supremacia do indivíduo sobre a sociedade, que passa a ser constituída de forma individualista: não sabe partilhar seus ganhos. As normas sociais determinam um respeito aos padrões estabelecidos e partilhados entre todos, criando uma rede de relações. A cordialidade, desta forma, mascara o conflito. E traz profundas modificações nas cidades e sob o aspecto urbanístico e nas formas de comunicação:

> No Brasil onde imperou, desde os tempos remotos, o tipo primitivo de família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar em um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje (HOLANDA, pp.145, 1995)

Esse desequilíbrio social ao qual se refere o autor acontece justamente por causa dessa distorção da noção weberiana de Estado como um aparelho burocrático impessoal. O funcionalismo patrimonial se difere do "burocrata puro" de Weber. A gestão política se apresenta com caráter particularista, onde tudo se resume a concretização de interesses pessoais e a escolha dos homens que vão exercer essas funções públicas se dá de acordo com critérios de confiança pessoal, em vez da capacidade técnica. Não haveria, assim, a ordenação impessoal de um Estado burocrático. Nem mesmo vai se constituir um sistema industrial onde a esfera de intimidade que estimula antagonismos de classe seja visível.

Predominam, portanto, as vontades particulares realizáveis em círculos fechados, pouco acessíveis a uma organização impessoal. As formas de comércio também são guiadas por uma ética de fundo emotivo, onde a intimidade entre comprador e vendedor pode ser um requisito básico dos trâmites de uma negociação. Pode ficar caracterizado uma relação social do tipo patrimonialista. Nas

palavras de Faoro (2001), a expansão do comércio e da indústria fez com que o Estado fosse sendo formado também por este tipo de relação:

> O patrimonialismo estatal, incentivando o setor especulativo da economia e predominantemente voltado ao lucro como jogo e aventura, ou, na outra face, interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político; para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar (FAORO, pp. 866, 2001)

Parece correto afirmar que, no Brasil, houve um casamento entre uma organização mais formal de estado e da vida social com um jeito de ser mais informal de resolver os problemas da modernidade. Na prática, as relações pessoais acabam mantendo privilégios e marcar fronteiras sociais. Mas também criam formas de se opor à excessiva burocratização e impessoalidade estatal. Trata-se de uma dificuldade em mesclar as demandas modernas com características peculiares do país. Então, moderno e arcaico, público e privado se entremeiam em relações sociais extremamente complexas, mas que afirma o hibridismo de normas socialmente compartilhadas.

3 – Futebol no brasil: um jogo entre moderno e arcaico

O futebol já se estabelecia no Brasil antes mesmo do regime oligárquico. Inicialmente, foi introduzido pelas elites que, durante muito tempo, defenderam um *ethos* amador contra a profissionalização do esporte. Todavia, as fronteiras sociais do esporte acabaram sendo transpostas pelos setores populares, onde a prática consistia em um modo de se representar a vida negada em outros campos sociais.

O crescente processo de urbanização e industrialização do Brasil fez com que surgissem clubes ligados a empresas que recrutavam operários para suas equipes. Os casos mais famosos foram os de Bangu e Vasco, por exemplo. Neste ponto, já se percebe como a inserção da modernidade no Brasil foi, pouco a pouco, sendo adaptada por práticas híbridas, informais, que estabeleceu laços de proximidade entre jogadores e os dirigentes dos clubes. De acordo com Franco

Júnior (2007), "Com frequência bons atletas gozavam de privilégios, dedicando-se cada vez menos às atividades para as quais haviam sido contratados e cada vez mais ao clube de sua empresa" (FRANCO JÚNIOR, pp. 64, 2007).

Uma das características da formação do Estado Moderno é o estabelecimento de redes de codependência, onde a civilização das condutas é primordial para o controle das pulsões. Caberia ao Estado o monitoramento reflexivo dessas atividades que levariam a um processo civilizador das condutas. Entretanto, no Brasil, o futebol se estabelece pelo seu caráter modernizador, que vai conviver o tempo todo com aspectos arcaicos da formação social brasileira. Cabe, aqui, uma breve análise do que seria a contribuição do futebol para o ambiente da modernidade, que não seria possível sem as teorias do sociólogo alemão Norbert Elias[5], posteriormente desenvolvidas também pelo britânico Eric Dunning[6].

A rotinização das condutas, da qual Elias já falava, foi fundamental para a organização de um tecido social que tenha servido de base para a consolidação das nacionalidades. E que, por sua vez, tenham possibilitado uma nova prática governamental, o Estado Moderno. Quando se fala em termos de desporto, Elias e Dunning (1992) lembram mais uma vez da teoria da codependência. De acordo com os autores, o esporte, na perspectiva sociológica, é caracterizado por:

> Uma estrutura ou padrão que um grupo de seres humanos interdependentes forma entre si. Esta estrutura, padrão ou, de forma mais correta, configuração, compreende: 1) dois indivíduos ou equipes que cooperam uma com a outra numa rivalidade mais ou menos amigável; 2) agentes de controle, como árbitros e juízes de linha; e, 3), por vezes, mas nem sempre, um número maior ou menor de espectadores" (ELIAS E DUNNING, pp. 302, 1992)

Ou seja, jogos são organizados como configurações sociais. Como os autores lembram, eles estão intrinsecamente conectados com a estrutura social. Eles

[5]Sociólogo alemão (Breslávia – 22/6/1897; Amsterdã – 1/8/1990) cuja principal contribuição para os estudos da sociologia foram os dois volumes de "O processo civilizador", que estabelece relações entre as estruturas psíquicas individuais e o seu modelamento pelas atitudes sociais.

6 Professor emérito de sociologia na Universidade de Leicester, no Reino Unido.

são: "intimamente interligados, muitas vezes de forma complexa, com a estrutura da sociedade em geral e com a maneira como esse tecido e entrelaçados no âmbito da estrutura das interdependências sociais" (ELIAS E DUNNING, pp. 302, 1992).

Um ponto importante que deve ser abordado é a dinâmica fluida de um jogo que nunca envolve apenas uma participação racional. Os indivíduos interagem com aquela dinâmica de modo orgânico, sentimental. Há sempre uma tensão compartilhada de forma cooperada. Não apenas por aqueles que disputam de forma direta, mas também por parte daqueles que o presenciam. É possível até estabelecer um paralelo entre um jogo particular e uma dinâmica geral, global.

Sendo assim, o esporte não só pode contribuir muito para as análises das dinâmicas de poder dentro do Estado, como também não pode mais ser dissociado da análise deste. A principal contribuição é observar como o esporte trabalha conflito e consenso não como opostos maniqueísticos, mas sim como forças complementares que vão organizando o todo social.

A grande virada no esporte moderno, concebido no século XIX, é a introdução do conceito de espetáculo e, principalmente do direcionamento do espetáculo. Enquanto que no primeiro ponto se dá a passagem do jogo ao esporte, no outro esse esporte não mais se direciona a quem o pratica e sim para quem o assiste. O advento das massas faz com que o esporte se profissionalize voltado a agradar um público.

Foi essa expansão feita em larga escala que popularizou o esporte pelo mundo e, mais precisamente, o futebol. Essa virada é fundamental para entender as formas pelas quais os Estados Nacionais se apropriam da prática esportiva. Não só como uma maneira de propagar políticas higienistas, por exemplo, mas também para agradar a um maior número de pessoas possível para assim, angariar a simpatia das pessoas. Sugere-se, portanto, que esse processo que deu ares de "seriedade" ao esporte moderno passa pela questão da formação dos Estados Nacionais. Pode haver uma ligação entre o processo de civilização e a crescente seriedade nas formas de participação no esporte.

Isso culmina com a internacionalização do esporte moderno. De acordo com Elias e Dunning (1992):

> Os Jogos Olímpicos e o Campeonato do Mundo proporcionam as únicas ocasiões, em tempo de paz, durante as quais nações inteiras podem unir-se com regularidade e de forma visível. A divulgação do desporto a nível internacional tem implicações no aumento da interdependência internacional e da existência, com varias exceções notáveis, de uma paz mundial frágil e instável. Confrontos como os Jogos Olímpicos permitem aos representantes das diferentes nações competirem entre si sem se matarem, ainda que o grau em que semelhantes provas de combates simulados se transformaram em confrontos reais esteja dependente, entre outros, do nível de tensão preexistente entre os Estados Nações envolvidos (ELIAS E DUNNING, pp. 325, 1992)

É neste sentido que a discussão aqui pretende avançar: a de que o esporte é um fenômeno que se transforma com o advento do Estado Moderno. Mais precisamente, ele se transforma na direção de um espetáculo que se direciona para o espectador e, posteriormente, é apropriado para uma capitalização política que varia de acordo com suas metas específicas, mas que, no geral, tende a ter como objetivo principal a perpetuação de uma série de atores no exercício do poder.

Todavia, não se pode tomar toda a teoria de Elias e Dunning e aplicá-la a uma realidade que não está inserida no desenvolvimento contínuo da modernidade. A inserção brasileira na modernidade não se deu sem resistências, como já foi visto. Franco Júnior (2007) aponta para uma dupla concepção de futebol no Brasil. De um lado, a concepção "pura", de aspecto civilizador, pedagógico: "harmonia dos músculos, higienização dos corpos, etiqueta, coordenação dos movimentos e controle da violência seriam elementos a contribuir para o fortalecimento moral e solidário dos futuros dirigentes do país" (FRANCO JÚNIOR, pp. 64, 2007). Por outro lado, a realidade de um trabalhador habituado a "toda sorte de improvisações da arte da malandragem, vinculadas a precárias condições de vida" (FRANCO JÚNIOR, p. 65, 2007).

Já Oliven (2001) destaca que a modernidade no Brasil é vista ora como um processo de adoção de modelos culturais europeus vigentes ora, em certos momentos, de valorização da cultura brasileira pelas elites. Observando esta pre-

missa, pode-se dizer que essas duas tendências polarizavam a prática do futebol no Brasil do início do século XX: a primeira, onde prevalecia uma "pedagogia européia", de etiqueta, coordenação dos movimentos, de uma prática civilizacional, de controle das pulsões; e a segunda, onde estavam os trabalhadores que misturaram, pouco a pouco, o estilo de jogo europeu com ritos populares, como a dança e a capoeira. Tão logo foi assimilado com velocidade nos centros urbanos, o futebol foi se constituindo em um fenômeno de massas, entrando na agenda política não como elemento de inclusão ou de aproximação da classes, mas sim como um meio de difusão de discursos e doutrinas oficiais, como, por exemplo, a construção de uma identidade popular.

Essa realidade de um trabalhador em condições de vida precárias foi aumentando juntamente com o desigual processo de urbanização brasileira. E também com o surgimento – e crescimento – de um novo ator político e social no Brasil. Nascia uma burguesia que, posteriormente, iria se apropriar do Estado como agente garantidor de seus interesses, moral e ordem. Para o futebol, restaria uma modernização limitada, onde o profissionalismo ganharia do amadorismo, e, sobretudo, uma apropriação da sua popularidade tomada como política de Estado já a partir dos anos 30.

4 – O futebol como prática associada ao estado

A formação de uma sociedade voltada para a nova ordem moderna contrastava com as relações sociais tradicionais num país de economia agrária e exportadora. De acordo com Santos (2005), tratou-se de mais de um processo de geração de cidades, do que uma ideia de urbanização propriamente dita, o que o autor considerou uma "urbanização pretérita". Somente no final do século XIX e no início do XX, especialmente entre as décadas de 20 e 40 foi que a população urbana deu um salto, chegando a 31,24% da população total do país[7]. Nota-se o crescimento do setor de serviços e o incremento da malha de transportes e dos portos, além dos meios de comunicação (com destaque para o rádio), que tiveram um papel importante para a integração do território.

[7]Ver SANTOS, pp.22, 2005.

Novamente percebe-se que o estado assume o papel de guiar o processo de modernização, levando com ele uma burguesia emergente e uma série de oligarquias interessadas na expansão industrial e na formação de um mercado consumidor interno. Nas palavras de Santos (2005): "Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país" (SANTOS, pp.27, 2005).

Ganha destaque o papel da burguesia nascente no Brasil como grupo capaz de empreender a modernização brasileira de uma forma bem peculiar. De acordo com Fernandes (2006), ela conseguiu se impor no terreno político e estabelecer um pacto tácito de dominação de classe:

> Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado a faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio econômica no que Weber entendia como 'poder político indireto'. As próprias 'associações de classe', acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado, e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base do poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária, e encontrou condições ideais para manifestar a transição, modernizando-se onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível (FERNANDES, pp. 240, 2006)

Fez-se, portanto, uma lógica que permitiu um pacto entre as oligarquias e os setores burgueses crescentes no Brasil da primeira metade do século XX cujo efeito não se deu no âmbito de se modernizar o país de fato, mas sim de apenas atender a seus próprios interesses com a chancela do poder público. A preocupação assumiu um caráter apenas particular. Esses dois setores – oligárquico e burguês – em pouco se diferenciavam de seus interesses e mesmo conflitos pontuais eram resolvidos dentro de uma lógica interna, bem de acordo com a

política de arranjos institucionais para manter a ordem social estabelecida. A lógica burguesa era, portanto, dúbia. Se, no discurso econômico, assumia um caráter progressista, agia de forma conservadora e reacionária do ponto de vista político e, especialmente, no social. Era uma dominação que agregava métodos autocráticos, consolidando um processo conservador de prevalência. Na nova realidade moderna brasileira, mais uma vez se une o aspecto arcaico com traços de progresso (ainda que restritos ao aspecto do desenvolvimento econômico).

O futebol, neste momento, já é uma arena onde se reverberam não só as tensões sociais dos primeiros anos do século XX, num embate entre uma burguesia emergente e uma aristocracia decadente. A partir da Revolução de 1930, e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o futebol vai acompanhar os rumos da modernização iniciada desde a proclamação da República, em 1889.

Essa nova ordem política e social iniciada em 1930 seria marcada pelo intervencionismo do Estado em várias esferas da vida social, numa tentativa de se forjar uma nação "homogênea". No caso do esporte, prevalece o discurso higienista, iniciado pela burguesia na prática do futebol, e onde vai haver também um alinhamento com o discurso estatal, que pretendia fortalecer a sua imagem através das vitórias no esporte, tendo como pano de fundo elementos futebolísticos, como raça, disciplina, e espírito coletivo. Tudo aliado ao improviso e à malemolência, características de uma identidade brasileira que começava a emergir naquele momento, graças especialmente a autores como Gilberto Freyre. Sobre a Copa de 1938, ele publicou no Diário de Pernambuco uma crônica que enaltecia o que ele chamava de "estilo brasileiro de jogar futebol":

> Os nossos passes, nossos pitu's, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, há alguma coisa de dança ou capoeiragem que marca o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e adoça o jogo inventado pelos ingleses e por outros europeus jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para psicólogos e sociólogos o mulatismo flamboyant e ao mesmo tempo o malandro que está em tudo o que é afirmação verdadeira do Brasil (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 jun. 1938 apud SOARES, 2001)

Os momentos de Copa do Mundo são especialmente importantes para discutir o significado de nacionalidade. O antropólogo Clifford Geertz, em um estudo sobre a briga de galos em Bali[8], disse que a cultura pode ser entendida como um "conjunto de textos". Para o Brasil, a Copa é um texto importantíssimo. Especialmente pelo aspecto da memória social construída em torno dela. Diversos grupos disputam para se transformarem em "proprietários" dessa memória ou mesmo para acionar e/ou esquecer fatos de acordo com critérios que, por vezes, podem até ser obscuros.

Assim, é importante observar a "invenção de tradições"[9], para usar o termo estudado por Hobsbawn e Ranger (1997) e a sua aplicação no campo futebolístico. Tais tradições acabam confirmando identidades nacionais, legitimando-as. Copas do Mundo são potencialmente geradoras de tradição, desde em campos como os sistemas táticos de jogo até o comportamento do torcedor nos estádios e, especialmente tidas como manifestações políticas, de representação e associação com um ideal de nação.

Para Pollak (1989), há uma relação entre a construção de uma memória e a manutenção de identidades. No âmbito dessas representações, há também a formação de uma memória coletiva que, para Helal e Cabo (2014), "reproduza os valores necessários ao fenômeno de identificação comum" (HELAL e CABO, pp. 18, 2014).

Um ator importante nessa formação de uma memória coletiva acerca do futebol no Brasil e, por que não, na América Latina, é Estado. Desde a primeira Copa do Mundo, em 1930, já se percebem as tentativas de capitalização política acerca do futebol. O Uruguai, país-sede do torneio na ocasião, exaltava através de parte da imprensa, a "raça charrua" especialmente após a conquista do título sobre a Argentina:

> La emoción final. Mientras asciende al mástil de honor la bandera de la patria. La pitada del árbitro señaló que daba finiquitada la titánica lucha entre los dos colosos. Y, con ella, rubricadas

[8]GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre as brigas de galos balinesas. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora LCT, 1989.

[9]Conceito que se caracteriza pela repetição e invariabilidade de um passado real ou forjado.

> por el éxito, los merecimientos del Uruguay, de este Uruguay pequeñito en extensión territorial, pero grande inmensamente grande, por sus valores morales, por la pujanza soberba, de su raza de sangre bravía, como buena sangre charrúa. Los campeones, los vencedores de Colombes, de Amsterdam, y ahora de Montevideo rendían tributo al gigantesco esfuerzo realizado: a la imponente emoción que embargaba sus pechos valerosos y a la impresión extraordinaria que el aplauso delirante de todo su pueblo....El himno de la patria, escuchado respetuosamente de pie por la inmensa muchedumbre, puso mayor dosis de emoción en todos los pechos (El Pais – N.4129, 31/07/1930: 10 apud HELAL e CABO, 2010)

Além do exemplo uruguaio á citado, a Argentina foi outro país sul-americano que passou pelo processo de construção de uma identidade nacional e o futebol. De acordo com Archetti[10] (2003), a cidade de Buenos Aires tinha, em 1930, ano do primeiro Mundial, cerca de 3 milhões de habitantes, dos quais um terço eram estrangeiros. A busca por uma "identidade argentina", posteriormente atrelada ao tango e também ao futebol, foi uma trajetória inevitável, explorada principalmente por Juan Domingo Perón[11].

Essa forte carga simbólica aplicada nas representações sobre as conquistas do futebol uruguaio pode se transmutar para a população, numa transferência desejada por todos os dirigentes e políticos que viriam depois. No caso brasileiro, não foi diferente. Muito embora, os momentos sociais e políticos entre Brasil e Uruguai guardassem semelhanças e peculiaridades.

A tensão entre uma burguesia que defendia o amadorismo no futebol e a profissionalização da modalidade foi desfeita já na década de 1930, com as políticas de integração nacional criadas por Getúlio Vargas. O futebol deveria ser controlado por uma entidade que defendesse os interesses nacionais em detrimento

[10]ARCHETTI, Eduardo. Masculinidades: fútbol, tango y pólo em La Argentina. Buenos Aires: Antropofagia, 2003, p. 23.

[11]Foi presidente da Argentina em três mandatos, sendo o primeiro entre 1946 e 1951.

de rivalidades regionais e locais, como Rio e São Paulo. Não que ela fosse deixar de existir na prática. Mas precisava ser combatida em nome de uma integração.

Do ponto de vista sociológico, Couto (2014) observa que o Estado Novo tem inspiração positivista, seguindo as ideias de Durkheim: "os preceitos de organicidade social desenvolvidos por Durkheim constituem-se como a base ideológica do projeto de nação engendrado pelo Estado Novo. Nessa ótica, o corpo é instrumentalizado, disciplinado, e até militarizado" (COUTO, pp,25, 2014). Era preciso formar uma sociedade disciplinada e voltada para o trabalho. Um exemplo prático disso está na Constituição de 1937, que previa a obrigatoriedade do ensino da educação física de forma obrigatória nas escolas brasileiras.

No primeiro período Varguista (1930-1945) foram realizadas duas Copas do Mundo: 1934 e 1938. Curiosamente, os torneios foram realizados em períodos bem distintos da vida brasileira. Se na primeira, era também o ano da Constituinte que devolvia o Brasil ao caminho democrático, a segunda foi realizada em pleno Estado Novo. O que ambas tinham em comum, todavia, era o fato de o futebol já ser um fenômeno de massas, onde eram amplas as possibilidades de assimilação pelo público.

A Copa de 1934 foi marcada pela disputa entre a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade máxima do futebol Brasileiro e única reconhecida pela FIFA, e que continuou amadorista, com a Federação Brasileira de Futebol (FBF), que já era profissional. Aqui, percebe-se mais um capítulo da tensão entre o amadorismo e o profissionalismo, fato que marcou o futebol brasileiro na primeira metade do século XX. Naquela Copa, o Brasil caiu ainda na fase eliminatória, perdendo para a Espanha.

Já a Copa de 1938 foi bem diferente para o Brasil. Ela marcou o fim da briga entre cariocas e paulistas vista nas primeiras Copas (1930 e 1934). A seleção encarou 15 dias de viagem de navio até a França e parte das despesas da delegação foi paga através da Campanha do Selo, criada pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Uma outra manobra interessante foi o convite feito à filha de Getúlio, Alzira Vargas, para ser madrinha da seleção. A iniciativa foi de José Maria Castello Branco, presidente da FBF.

A boa campanha de 1938 encheu os torcedores brasileiros de "orgulho cívico", a ponto de a seleção ter desembarcado no Rio de Janeiro com status de

campeã, sendo recebida por milhares de pessoas. Houve, inclusive, desfile em carro aberto. Na política, a importância do futebol já pôde ser percebida em decretos como o do Conselho Nacional de Desportos, o CND. No texto da medida, as associações desportivas – clubes ou outras agremiações – só poderiam ser presididas por brasileiros natos ou naturalizados, exceção apenas a estrangeiros radicados no Brasil há mais de vinte anos, que já haviam exercido esse cargo anteriormente, ou a portugueses que tivessem se destacado nos meios desportivos (Costa, 2007).

O projeto varguista de associação ao futebol tinha um claro interesse: o de obter o apoio popular ao Estado Novo. E a apropriação da seleção brasileira como símbolo de uma nação que seria forjada, com ênfase em uma sociedade higienizada e civilizada. Nesse sentido, houve intensa propaganda das rotinas da seleção, como os treinos, por exemplo. Em campo, o Brasil chegou às semifinais do torneio, perdendo para a Itália em um jogo onde Leônidas não jogou pois teria sido poupado pelo técnico Ademir Pimenta, o que causou polêmica na época. Interessa, todavia, notar o discurso de Vargas em seu diário após a derrota: "O jogo de *football* monopolizou as atenções. A perda do *team* brasileiro para o italiano causou uma grande decepção e tristeza no espírito público, como se tratasse de uma desgraça nacional" (VARGAS, pp. 140, 1995).

A adoção do futebol como política de Estado contribuiu decisivamente para a popularização da modalidade, especialmente pela preconização do desporto como atividade "moral e cívica". Havia um projeto para a construção de uma identidade brasileira que, segundo Costa (2007), era pautada deste modo:

> A nova raça brasileira idealizada pelos intelectuais estadonovistas era representada por esses jovens sadios. Dessa forma o regime se apresentava como produtor de uma nova estirpe de brasileiros, de uma raça bem constituída, forte e perseverante. Em um período onde a própria ideia da formação e da identidade do povo brasileiro estava sendo redefinida, acreditava-se que o Estado teria papel fundamental em moldar a nova geração de brasileiros, transformando-os na base de um país a progredir (COSTA, pp.89, 2007)

Mesmo bem antes de Vargas se referir à derrota como uma "desgraça nacional", o futebol já estava bem enraizado entre os brasileiros. Faltava, todavia, a manifestação máxima. Se o Governo Vargas apoiou fortemente o esporte como manifestação cívica, faltava o grande evento esportivo. O futebol já era o esporte mais popular do país mesmo antes da chegada de Getúlio ao poder. Já podia ser considerado uma espécie de "símbolo da nação". Ainda antes da eclosão da Segunda Guerra, em 1938, a Fifa realiza seu vigésimo quarto congresso na cidade de Paris. Naquela ocasião, a delegação brasileira manifestou o interesse em sediar uma copa. Com a eclosão dos conflitos, as tratativas só seriam retomadas em 1946. Dois anos depois, o Brasil seria confirmado como sede do torneio que, em princípio, seria em 1949. Mas os dirigentes brasileiros pediram um adiamento de prazo e o torneio só foi feito no ano seguinte.

Com a confirmação da candidatura, era preciso construir os estádios. O critério que organizou as obras não estava fora da agenda do Estado Novo. Vale lembrar que os grandes palcos esportivos da época eram os estádios de São Januário e Pacaembu. Era comum que Vargas chegasse a esses locais desfilando em carro aberto para a multidão nas arquibancadas. Era nos dois estádios que Vargas anunciava boa parte das medidas políticas destinadas a classe operária. Mas ainda faltava um palco que pudesse ser ainda mais grandioso, que definisse ao mundo o que eram as pretensões do Brasil como nação.

5 – Maracanã: símbolo de um estado moderno

A missão brasileira em 1950 não era das mais fáceis: marcar o reencontro das seleções num mundo já transformado pela guerra. Para o Brasil, o evento poderia ser encarado como uma busca por novas referências, com o objetivo de entrar de vez no cenário bipolar de uma Guerra fria que já estava em curso. A intenção do Estado brasileiro era mostrar uma transformação após 15 anos de Vargas no poder.

Um país que, pouco a pouco, deixava o campo rumo à cidade. Que ainda tinha no café seu principal produto de exportação, mas que já presenciava uma maior capacidade industrial, à qual se associava uma ideia de desenvolvimentismo. A Copa significava uma chance de mostrar esse prognóstico ao mundo,

afinal, o futebol também poderia ser um produto de exportação. Nascia o esporte moderno, intimamente ligado ao crescimento e fortalecimento da sociedade burguesa. Novos códigos de comportamento vão surgindo. E o esporte tem importância fundamental nesse processo. Em termos da busca por construção identitária e a formação de uma memória coletiva específica, também era um momento privilegiado.

A capital federal, o Rio de Janeiro, não possuía um estádio próprio, enquanto São Paulo já havia erguido o Pacaembu, que, na época, chegava a abrigar 60 mil pessoas. Todavia, já era do interesse governamental erguer um estádio de maior porte no Rio. O que, incialmente, esbarrou na política: o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, encomendou um projeto de arena aos arquitetos Pedro Paulo Bastos e Antônio Dias Carneiro. O prefeito do Rio, Henrique Dodsworth, contudo, fez o mesmo, mas com diferentes arquitetos: Rafael Galvão e Orlando Azevedo[12]. A disputa pela posse da obra paralisou o projeto.

Com a confirmação da candidatura brasileira para sediar a Copa, o palco precisaria ser construído. Começava então uma campanha de relações públicas, especialmente pela imprensa, para que o palco saísse do papel. Destaca-se o papel do jornalista Mário Filho, autor de diversas crônicas no Jornal dos Sports. Foram criados vários slogans, como "Acreditar no estádio é acreditar no Brasil" e "Basta boa vontade para que surja o estádio nacional"[13].

A primeira alternativa foi ampliar o estádio de São Januário. Todavia, o alto custo para a obra inviabilizaria o projeto: havia o custo de desapropriar moradores da Barreira do Vasco. Era preciso um novo lugar, o que fez renascer a discussão entre município e o governo federal. O entendimento só ocorreu em julho de 1947. Ficou definido que o município seria o responsável pela obra. Todavia, foi elaborado um "plano de cadeiras", pelo qual o cidadão carioca compraria cadeiras no estádio. O objetivo era o de minimizar o custo de construção, que seria financiada pelo contribuinte.

[12]FILHO, Mário. Uma campanha tem que prosseguir. Jornal dos Sports, 17/5/1947. In: MOURA, pp. 24, 1998.

13 MOURA, Ib.id., pp.27, 1998.

O terreno escolhido foi o do Derby Club, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. O então vereador Carlos Lacerda, propôs que a construção fosse em Jacarepaguá, onde as obras resolveriam os constantes alagamentos na região. O local da construção virou tema de brigas acaloradas entre vereadores no Rio. O Jornal dos Sports, de Mário Filho, tomou posição declarada a favor do estádio no Derby Club, identificando os opositores da ideia como contrários aos "interesses do povo". Moura (1998) lembra que o periódico encomendou uma pesquisa a pedido do vereador Ary Barroso, que entrevistou 500 aficionados por futebol e outros 580 do público em geral:

> À primeira pergunta – 'O senhor acharia necessária a construção de um estádio para a cidade?' – responderam afirmativamente 79,2% dos entrevistados em geral e 95% dos aficionados. Sobre a localização do estádio, 56,8% da população e 85,2% dos aficionados apontaram o Derby Club como o local mais apropriado (...) Quanto à disposição de cooperar com a obra, 53,6% da população carioca e 77% dos aficionados mostraram-se de acordo (MOURA, pp.30, 1998)

Os dados dão a dimensão de que a população manifesta o desejo pela construção do estádio. Entretanto, por mais que se tentasse fabricar um consenso, algumas opiniões dissidentes chamavam a atenção. O médico Maurício Medeiros[14] assumiu um discurso de que um estádio não seria a maior necessidade do povo carioca, carente de hospitais e escolas. Bem semelhante aos protestos que, 64 anos depois, também permeariam as intervenções para a Copa de 2014.

Uma preocupação interessante da época era não com a questão que envolvia esporte e saúde, mas também com a ideia que o novo palco fosse um lugar onde diferentes atores sociais pudessem partilhar de uma experiência comum. DaMatta (1994) sugere que o futebol, no caso da sociedade brasileira, muito hie-

[14]Médico, jornalista, e político brasileiro. Foi ministro da Saúde no governo de Nereu Ramos, e mantido no cargo pelo presidente Juscelino Kubitschek.

rarquizada, o futebol poderia ser um aspecto democratizante[15], conseguindo desenvolver um sentimento de coletividade e integração.

A assinatura para a construção veio apenas em 29 de outubro de 1947. Trinta mil títulos de cadeiras cativas foram colocados à venda, dando direito aos proprietários de ocupa-las por cinco anos. O Jornal dos Sports, mais uma vez, fez coro pela venda das cadeiras. Mário Filho clamava: "O estádio municipal será menos da prefeitura que do povo. É o povo que quer e é o povo que vai pagar"[16].

Defender a construção do Maracanã significava dar à cidade do Rio um reforço simbólico de sua importância como capital, dentro de um projeto de modernização proposto pelo Estado brasileiro. Margarida de Souza Neves aponta que a construção do Maracanã significava a monumentalização do projeto desenvolvimentista do governo. Era lutar pelos "interesses nacionais". Constitui uma ideia defendida pela autora de "capitalidade". Segundo Moura (1998), o conceito de cidade-capital "deveria conter em seu espaço monumentos e símbolos indicativos do projeto nacional que pretendia instaurar" (MOURA, pp.40, 1998). Vale lembrar, aqui, a noção trazida por Le Goff (1978) de que um monumento é capaz de perpetuar uma sociedade e, ao mesmo tempo, de formar uma memória coletiva.

> A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, pp 9-10, 1978)

[15]Ver DaMatta, pp. 12, 1994.

[16]Filho, Mário. Críticas e sugestões. Jornal dos Sports, 21/11/1947. In: MOURA, pp. 34, 1998.

Essa relação de disputa de forças fica mais clara não só pela questão das esferas municipal e federal, na briga pelo batismo da obra, mas, sobretudo na orientação para a ação pública. Em 1948, quando o estádio já estava sendo construído, o empresário Fausto Matarazzo lançou a proposta para construir um estádio no bairro de Irajá, Zona Norte do Rio, com o objetivo de explorá-lo comercialmente para a iniciativa privada[17]. Um dos críticos, o escritor José Lins do Rego, afirmou que "O que precisa a cidade é de seu próprio estádio, onde não mande o interesse de um clube, o privatismo particularista, onde só prevaleça o interesse do povo"[18].

Um outro ponto que o projeto nacional-desenvolvimentista do governo Dutra queria emplacar era a chance de ligar as práticas esportivas ao trabalho e à criação de um novo perfil de brasileiro: o de um trabalhador disposto a engrandecer a nação através de seu esforço físico, numa missão também pedagógica. Mais uma vez, um exemplo do Jornal dos Sports, que chegou a lançar uma fotonovela estrelada por trabalhadores, supervisores e diretores de obra, em diálogos simples e diretos. Em 1949, Mário Filho escreveu: "Façamos do nosso povo uma multidão de homens fortes, que teremos dado ao Brasil uma alma nova capaz de movimentar o grande corpo que dormita enfraquecido por falta de rigor próprio"[19].

O estádio, batizado de Maracanã[20], foi inaugurado, enfim, no dia 17 de junho de 1950, para um público estimado de 150 mil pessoas e como símbolo, um monumento à capacidade empreendedora do povo brasileiro. Se o Jornal dos Sports, de Mário Filho, dava diversos elogios à obra, a Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, ferrenho opositor do estádio, não poupava críticas. Estampa-

[17]A polêmica se deu pois o estádio visaria apenas a obtenção de lucro privado, enquanto que o estádio Municipal seria um anseio e um legado para a população carioca.

[18]Jornal dos Sports, 13/5/1948.

19 FILHO, Mário. Críticas e sugestões. Jornal dos Sports, 20/2/1949.

[20]O nome foi dado em referência ao Rio que corre nas proximidades do estádio. Inicialmente, a ideia era política: batizar com o nome do então prefeito, Ângelo Mendes de Morais. Todavia, a ideia não vingou. Mais tarde, em 1966, ganhou o nome de Mário Filho, após a morte do jornalista.

va em suas capas problemas da cidade, como a favelização e a falta de esgotos, considerando o Maracanã uma obra menor. O periódico também comparou o busto do prefeito ao do ditador italiano Benito Mussolini: "A cabeça do general Mendes de Morais recorda aquele misto de vaidade e ridículo que imortalizou Mussolini[21]".

6 – Considerações finais

A construção do maior palco do futebol brasileiro ocorreu dentro de um projeto de uma modernização brasileira, orientada por um viés conservador, com um objetivo de vender uma ideia de nação que, mais tarde, não se confirmaria de uma forma tradicional. Ou seja, através do ato de disciplinar rotinas. Especialmente numa sociedade industrial, onde a sobrevivência dos indivíduos depende do controle das pulsões e de restrições impostas pelo avanço progressivo do capital. Nesse sentido, orientar as ações para um extravasamento equilibrado das emoções conduziria a uma sociedade equilibrada e controlada, inserida na modernidade.

Todavia, o que se percebeu foi a conexão entre a política, através da ideia de construção de nação, e o futebol. Entre a constituição de um Estado Moderno, uno, capaz de projetar uma ideia unívoca de nação, o que se pode dizer é que houve uma dinâmica, que alternou entre manifestações progressistas, como a própria construção do estádio, e regionalistas, como a rixa entre Rio e São Paulo, que, em campo, contribuiu para o fracasso da seleção no Mundial.

Na prática, houve uma tentativa concreta de uso do futebol como um instrumento de democratização do país. Fosse através da criação de um mito de igualdade racial provocado pelo futebol (o que não se comprovaria com a derrota em 1950), ou mesmo da construção de um grande espaço onde todas as classes estivessem representadas na manifestação cultural e social que viria a nos caracterizar, posteriormente, como nação.

O futebol foi tomado pelo Estado e pela sociedade civil como elemento idealizador de uma unidade nacional. Todavia, nem mesmo a seleção de 1950 representou esse ideal, já que o técnico Flávio Costa mudava a escalação de acordo

21 Tribuna da Imprensa, 2/6/1950.

com critérios regionalistas: se o jogo era em São Paulo, maioria de jogadores daquele estado, e, se fosse no Rio, era o inverso. O objetivo era agradar políticos e dirigentes esportivos das praças onde a seleção entrava em campo. Um critério regionalista que estaria longe das pretensões de uma unidade nacional. Tipo da atitude que não contribuiria para a formação de uma torcida "nacional". Sobre o comportamento da torcida, havia uma grande campanha para que ela se comportasse sem "cometer excessos". Nada de garrafas, foguetes, ou jogar esses ou demais objetos nos adversários em campo. Era a imagem do Brasil no exterior que estava em jogo.

Para que ela fosse positiva, foi lançada quase uma atividade didática, pedagógica: o público passa a portar bandeirolas, bexigas e faixas. Antes da final contra os uruguaios, a rádio Continental falava abertamente sobre como o público deveria se portar, uma espécie de "cartilha: "1. Cantar o hino nacional ao se hastear a bandeira; 2. Aplaudir, torcer, incentivar a nossa seleção em todas as jogadas durante todo o tempo!"[22] O estádio era para ser tido como uma metáfora de país. Unido, com todas as classes representadas no local, todos imbuídos do mesmo espírito para fazer levar o Brasil ao sucesso. Tanto que, após a derrota na decisão, a crônica exalta a "civilidade" do torcedor, que alcançara um enorme grau de disciplina.

Se em campo, a seleção não conquistou a Copa do Mundo, fora dele, o estádio, batizado de Maracanã, já se convertia na principal praça de esportes do Rio de Janeiro. Entretanto, a meta de fazer do Brasil uma nação de destaque entre as demais do globo não foi concretizada, pode-se dizer. Essencialmente devido a uma ordem social que já estava estabelecida antes mesmo de o torneio acontecer. Após uma breve pausa para um período de congraçamento, a derrota reacendeu temas que comprometiam o projeto de construção de uma identidade nacional, como a questão racial, por exemplo. Essa "deficiência" estaria ligada ao fato de sermos um povo mestiço, inferiores por natureza, despreparados para a decisão, para os "grandes momentos". Argumento que, hoje, é discutido com um pouco mais de relatividade pelos estudiosos do futebol.

A derrota no campo não foi incorporada à vida política. Pelo contrário: se a nacionalidade deixou o Maracanã derrotada, nas urnas ela provou estar forte:

[22]Jornal dos Sports, 16/7/1950. In.: MOURA, Ib.id., pp.114, 1998.

vitória de Vargas nas urnas em 1950. Uma vez de volta ao poder, ele deu continuidade à política nacional-desenvolvimentista, com medidas de restrição de remessas de lucros ao exterior e forte investimento em indústrias de base, como energia e siderurgia.

Como na maioria dos países periféricos, os surtos de modernização quase sempre vêm acompanhados de consequências ruins. No caso da política nacionalista do segundo governo Vargas, foi a inflação que derrubou o poder de compra dos trabalhadores, gerando descontentamento tanto na direita conservadora quanto entre os operários, culminando com a crise que levou Vargas ao suicídio em 1954.

Na prática, o Brasil atravanca sua inserção na moderna ordem do capital internacional. Ele alterna espaços de modernidade com práticas de arcaísmo que tem como objetivo principal a manutenção de uma ordem social determinada. É como se se construísse um estádio com o que se tivesse de mais moderno na época em termos de engenharia e arquitetura para colocar dentro dele todos os segmentos sociais de uma população, sem, contudo, fazer, com que ela se integre e se misture nos espaços internos. O futebol, então, pode-se dizer, reproduz a contradição do Brasil na modernidade: progressista nos seus objetivos, e arcaico em suas práticas administrativas.

A discussão sobre a inserção do Brasil no cenário global via futebol se reacendeu no século XXI, com a realização da Copa do Mundo e da Olimpíada no país. Especialmente por ter agravado as condições de exclusão da população mais humilde, que se limitou a ver os estádios "padrão Fifa" serem ocupados por setores médios e a elite, que reuniram condições para adquirir os caros ingressos e de se deslocar entre uma cidade-sede e outra. Sobre essa situação, Pereira (2015) colocou que:

> A reforma dos estádios e construção de arenas, acarretou certa segregação e homogeneização desses espaços, modificando a lógica de torcer do brasileiro, o que possibilita refletir através de analogia com os condomínios de luxo e os shoppings centers construídos nas grandes cidades. Estes visam atender demanda semelhante ao que se observou nas arenas da FIFA para a Copa do Mundo, o espetáculo do entretenimento e a diversão

> sem violência, através de um estilo de torcer padronizado, com o comportamento de pessoas obedecendo a regras e o constante estímulo ao consumo, principalmente dentro daquele espaço delimitado e preparado para atender a toda a necessidade de seu público, o torcedor da Copa do Mundo (PEREIRA, pp. 10, 2015)

Se foi possível estabelecer, graças à Copa de 1950, um vínculo entre o futebol e a formação de uma identidade nacional, esse papel se deve à presença do Estado como agente nomeador da realidade, nas palavras de Bourdieu. Esta competição pode ser entendida como um marco para a vida esportiva brasileira pois pode ter estabelecido a entrada do esporte brasileiro na sua era moderna, competitiva, capitalista, e criadora de uma rede de codependência entre os integrantes de uma sociedade, conforme o modelo proposto por Elias e Dunning. Todavia, isso não garante uma participação igualitária ou democrática no futebol. Um caso interessante seria a investigação e o estabelecimento de um paralelo entre os dois mundiais sediados no Brasil (1950 e 2014) para que sejam estudadas e comparadas as formas através das quais esses laços sociais foram estabelecidos nos dois momentos em suas semelhanças e diferenças.

Recebido em 12/08/2019
Aprovado em 27/08/2019

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92). Editora Companhia das Letras, 2014.

COSTA, Maurício da Silva Drumond. Nações em jogo: esporte e propaganda política nos governos de Vargas (1930-1945) e Perón (1946-1955). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS. Rio de Janeiro, 2007.

COUTO, Euclides de Freitas. Da ditadura a ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978). Rio de Janeiro: EdUff, 2014.

DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio - Notas em torno do significado social do futebol brasileiro. Revista USP, n. 22, p. 10-17, 1994.

_____. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro.** V. 3. São Paulo: Global, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Globo Livros, 2006.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEERTZ, Clifford. **Um jogo absorvente: notas sobre as brigas de galos balinesas**. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora LCT, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **O Estado-Nação e a Violência: Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: Edusp, 2001.

HELAL, Ronaldo; CABO, Alvaro. **Copas do Mundo e identidade nacional: um panorama teórico**. In: Copas do Mundo: comunicação e identidade cultural no país do futebol. Rio de Janeiro, EdUERJ, p. 13-35, 2014.

_____. **Futebol e identidade nacional: imprensa uruguaia e realização do mundial de 1930**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación. São Paulo, v. 12, pp. 126-136, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Tendências do pensamento brasileiro**. Tempo Social, v. 12, n. 2, p. 55-74, 2000.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. G. Einaudi, 1978.

MELO, Vitor Andrade; PERES, Fabio de Faria. **Rio de Janeiro, uma cidade esportiva: um panorama histórico**. In: Revista do Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro. n.13, 2017, p.465-476.

MOURA, Gisella de Araújo. **O Rio corre para o Maracanã**. Editora FGV, 2008.

NEVES, Margarida de Souza Neves. **Brasil, acertai vossos ponteiros**. Rio de Janeiro, MAST, 1991.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura e modernidade no Brasil**. São Paulo: Em Perspectiva, v. 15, n. 2, p. 3-12, 2001.

PEREIRA, Camila Augusta Alves. **Copa do Mundo 2014: Consumo, Diversão, Lazer e Código de Conduta nas Arenas FIFA.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, RJ, 4 a 7/9/2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2005.

VARGAS, Getúlio. **Diário**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.